



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande**  
**1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos**

**Autos nº 0956504-22.2022.8.12.0001**

**Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**

**Requeridos: Rr Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda - Me - "clickbeer São Francisco" e outro**

**Decisão**

**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** ajuizou ação civil pública contra **Santo Show Produções e Eventos Ltda. e RR Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda ("ClickBeer São Francisco)** pretendendo a condenação dos requeridos a realizarem a venda de ingressos de meia-entrada em todos os shows, espetáculos e eventos artísticos-culturais que produzirem, em todos os setores em que há venda para o público em geral, bem como a ressarcirem 50% do valor do ingresso inteiro cobrado a mais das pessoas que têm o direito à meia-entrada, além de indenizar os danos morais coletivos que estima, no mínimo, em R\$ 500.000,00.

O requerente alega, em síntese, que o requerido Santo Show Produções e Eventos Ltda. promove o show do cantor Eduardo Costa a ser realizado no dia 19.03.2022, às 22h30, no Ondara Palace, neste município; a venda dos ingressos é realizada pelo sítio eletrônico do primeiro requerido nomeado e de forma física no estabelecimento do segundo requerido, mas sem observância do direito de meia-entrada no evento; consultando o sítio eletrônico do primeiro requerido nominado, verifica-se que a venda de ingressos é realizada nos setores "bistrô" (4 lugares), "ouro" (8 lugares), "prata" (8 lugares), "privilege" (8 lugares) e "área premium", com ingresso na modalidade individual; não há disponibilidade de meia-



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande**  
**1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos**

entrada para o setor "área premium", haja vista que somente existe ingresso no valor inteiro de R\$ 130,00; também no estabelecimento do segundo requerido nominado, onde é realizada a venda física dos ingressos da "área premium", não é disponibilizada meia-entrada; foi averiguada a possibilidade de compra dos ingressos coletivos de forma individual para os setores "bistrô", "ouro", "prata" e "privilege", por meio do telefone de contato do primeiro requerido nominado, sendo que apesar de oferecidos como coletivos podem ser adquiridos de forma individual, razão pela qual, nessa situação, também deve ser disponibilizada a meia-entrada a tais setores; os requeridos buscam maquiagem o ingresso que é vendido individualmente como se fosse de grupo/coletivo com a intenção de ludibriar a regra de venda de meia-entrada; a compra de forma individual referente aos setores coletivos é realizada de forma velada e sem o direito a meia-entrada; embora sejam oferecidos serviços adicionais (open bar) nos setores "ouro", "prata" e "privilege", o valor do ingresso de meia entrada deveria ser disponibilizado excluindo-se os valores adicionais; não é a primeira vez que o primeiro requerido nominado tenta burlar a venda de ingressos meia-entrada nos eventos que promove; houve dano material aos consumidores que adquiriram o ingresso pelo valor integral apesar do direito à meia-entrada; e restou configurado o dano moral coletivo.

Pede a concessão da tutela de urgência para que seja cancelada a realização do show até a disponibilização e a comprovação em juízo da disponibilidade do ingresso meia entrada para os setores "ouro", "prata", "privilege" e "área premium" em todos os pontos de venda de ingressos.

**Decido.**

O artigo 12 da Lei nº 7.347/85 determina que "Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo".



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande**  
**1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos**

O artigo 300 do Código de Processo Civil, por sua vez, prevê que a tutela de urgência será concedida quando presentes elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, desde que não haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

A Lei nº 12.933/2013 estabelece no artigo 1º que "é assegurado aos estudantes o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral", enquanto o § 1º dispõe que "O benefício previsto no caput não será cumulativo com quaisquer outras promoções e convênios e também não se aplica ao valor dos serviços adicionais eventualmente oferecidos em camarotes, áreas e cadeiras especiais".

O Decreto nº 8.537/2015, por sua vez, prevê que:

"Art. 7º O valor do ingresso de meia-entrada deve equivaler à metade do preço do ingresso cobrado para a venda ao público em geral.

§ 1º O benefício previsto no caput não é cumulativo com outras promoções e convênios.

§ 2º O benefício previsto no caput não é cumulativo com vantagens vinculadas à aquisição do ingresso por associado de entidade de prática desportiva, como sócio torcedor ou equivalente e com a oferta de ingressos de que trata o inciso X do caput do art. 4º da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 8º A concessão do benefício da meia-entrada aplica-se a todas as categorias de ingressos disponíveis para venda ao público em geral.

§ 1º A regra estabelecida no caput aplica-se a ingressos para camarotes, áreas e cadeiras especiais, se vendidos de forma individual e pessoal.

§ 2º O benefício previsto no caput não se aplica ao valor dos serviços adicionais eventualmente



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande**  
**1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos**

oferecidos em camarotes, áreas e cadeiras especiais.

Art. 9º A concessão do benefício da meia-entrada aos beneficiários fica assegurada em quarenta por cento do total de ingressos disponíveis para venda ao público em geral, em cada evento.

Parágrafo único. Os ingressos destinados exclusivamente à venda para associados de entidades de prática desportiva, como sócio torcedor ou equivalente, não serão considerados para cálculo do percentual de que trata o caput.

Art. 10. Os ingressos de meia-entrada, no percentual de que trata o caput do art. 9º, deverão ser reservados aos beneficiários a partir do início das vendas até quarenta e oito horas antes de cada evento, com disponibilidade em todos os pontos de venda de ingresso, sejam eles físicos ou virtuais".

Examinando-se os autos, em juízo próprio de cognição sumária, verifica-se que estão presentes os requisitos para a concessão da tutela de urgência no que se refere ao pedido relativo ao setor "área premium". Com efeito, a probabilidade do direito reside na alegação de que os requeridos não disponibilizaram ingressos de meia-entrada vendidos individualmente para o setor "área premium" em seus pontos de venda (sítio eletrônico do primeiro requerido nominado e estabelecimento físico do segundo requerido), como se vê às fls. 35-44 e 52-61, o que viola os dispositivos legais alhures transcritos, enquanto o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo decorre do fato de que os ingressos foram colocados à venda e a data do evento é próxima (19.03.2022), o que justifica a determinação de regularização da meia-entrada em relação ao mencionado setor.

Para fim de regularização, o valor do ingresso de meia-entrada deve corresponder a 50% do preço cheio, desde que o consumidor preencha os requisitos para a concessão do benefício pretendido, haja vista que não existe qualquer informação de serviço adicional oferecido em razão do setor, inclusive constando no próprio sítio eletrônico do primeiro requerido nominado que a "área premium" não é open bar (fl. 34).



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande**  
**1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos**

No que se refere aos demais setores indicados pelo requerente ("ouro", "prata" e "privilege"), não há demonstração suficiente da probabilidade do direito alegado pelo requerente, pois, conforme informações extraídas do sítio eletrônico do primeiro requerido nominado, a compra é realizada e disponibilizada somente de maneira coletiva ou em grupo (mesas com 8 lugares), não se tratando de ingresso individual e pessoal, o que afasta a aplicação do benefício da meia-entrada.

Cumprе destacar que, embora o requerente sustente que por meio de contato telefônico recebeu a informação de preposto do primeiro requerido nominado de que a venda para tais setores poderia ser realizada de forma individual e pessoal, suas alegações tem amparo em certidão elaborada de forma unilateral e são contraditórias à informação que consta no próprio canal digital de vendas, sendo que o ponto poderá ser melhor esclarecido no decorrer da instrução processual, sob o crivo do contraditório.

Cabe esclarecer ainda que o cancelamento do evento como pretende o requerente não é a medida mais razoável a ser concedida em tutela de urgência, sendo suficiente a suspensão da venda dos ingressos no caso de não atendimento injustificado da determinação judicial por parte dos requeridos.

Por fim, em relação ao pedido de inversão do ônus da prova, fica relegado para o momento oportuno (fase de instrução processual), ocasião em que será apreciada a sua viabilidade em face das circunstâncias que o caso apresentar após o devido contraditório, não sendo razoável seu deferimento ou indeferimento prematuro.

Destarte, em razão dos argumentos expostos, preenchidos os requisitos essenciais dos artigos 1º da Lei nº 7.347/85 e 319 do Código de Processo Civil e as regras do petiçãoamento eletrônico do Provimento nº 70/2012 do TJMS, admito a inicial. Concedo, em parte, a tutela de urgência para determinar aos



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Comarca de Campo Grande**  
**1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos**

requeridos que disponibilizem ingressos de meia-entrada para o setor "área premium" do show do cantor Eduardo Costa a ser realizado no dia 19.03.2022, neste município, correspondente a 50% do preço normal e em todos os canais de venda, no prazo de 48 horas, sob pena de suspensão da venda dos ingressos até a regularização e aplicação de multa diária de R\$ 10.000,00 limitada a R\$ 100.000,00. Citem-se e intinem-se os requeridos da tutela concedida e para apresentarem contestação no prazo de 15 dias contado na forma do artigo 335, III, do Código de Processo Civil, sob pena de presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo requerente (art. 345 do CPC). Cumpra-se. I-se.

Campo Grande (MS), 07 de março de 2022.

Ariovaldo Nantes Corrêa

**Juiz de Direito**

(Assinado com certificado digital)